

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Energia Emergencial Móvel Participações S.A. São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energia Emergencial Móvel Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Emergencial Móvel Participações S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Dependência econômica

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia é uma holding sem quaisquer investimentos em outras empresas e sem qualquer receita operacional. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 14.136 mil (R\$ 12.005 mil em 2024) registrado no ativo não circulante refere-se as debêntures a receber da companhia CBG - Companhia Brasileira de Geradores e corresponde à 81,6% (77,8% em 2024) do total do ativo da Companhia. Adicionalmente, o mesmo montante de R\$ 14.136 mil (R\$ 12.005 mil em 2024) registrado no passivo não circulante refere-se as debêntures a pagar para o Patria Infraestrutura III FIP Multiestratégia que também corresponde à 81,6% (77,8% em 2024) do passivo da Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, houve uma repactuação das debêntures entre todas as partes, cujos efeitos da redução das debêntures a receber e a pagar estão registrados no resultado financeiro da Companhia. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.662	2.977
Impostos a recuperar		534	455
Total do ativo circulante		3.196	3.432
Ativo não circulante			
Debêntures a receber	5	14.136	12.005
Total do ativo não circulante		14.136	12.005
Total do ativo		17.332	15.437
Passivo circulante			
Fornecedores		3	-
Obrigações tributárias	6	12	268
Total do passivo circulante		15	268
Passivo não circulante			
Debêntures a pagar	7	14.136	12.005
Total do passivo não circulante		14.136	12.005
Patrimônio líquido	8		
Capital social		37.923	37.923
Prejuízos acumulados		(34.742)	(34.759)
Total do patrimônio líquido		3.181	3.164
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.332	15.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(295)	(3.152)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(295)	(3.152)
Receitas financeiras		2.522	12.127
Despesas financeiras		(2.210)	(29.195)
Resultado financeiro, líquido	10	312	(17.068)
Resultado antes dos impostos		17	(20.220)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		17	(20.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17	(20.220)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>17</u>	<u>(20.220)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		37.923	(14.539)	-	23.384
Prejuízo do exercício		-	-	(20.220)	(20.220)
Transf. prejuízo do exercício p/ prejuízos acumulados		-	(20.220)	20.220	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8	<u>37.923</u>	<u>(34.759)</u>	-	<u>3.164</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	17	17
Transf. lucro do exercício p/ prejuízos acumulados		-	17	(17)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8	<u>37.923</u>	<u>(34.742)</u>	-	<u>3.181</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		17	(20.220)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa			
Efeito repactuação debêntures ativas e passivas	1.1	-	17.515
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Adiantamentos a fornecedor		-	24
Impostos a recuperar		(79)	(133)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Obrigações tributárias		(256)	(435)
Fornecedores		3	-
Outras contas a pagar		-	(251)
Caixa líquido aplicado nas operações		(315)	(3.499)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Amortização debêntures ativas	5	-	75.000
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	75.000
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização debêntures passivas	7	-	(72.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(72.500)
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquido		(315)	(999)
No início do exercício		2.977	3.976
No fim do exercício		2.662	2.977
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquido		(315)	(999)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Energia Emergencial Móvel Participações S.A. (“Companhia” ou “EEM”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social a participação em quaisquer sociedades ou fundos de investimentos, como sócia, acionista ou cotista, e a exploração, diretamente ou por meio de outras sociedades, além de serviços de locação de geradores, equipamentos elétricos e eletroeletrônicos.

A Companhia é controlada direta do Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em participações Multiestratégia (“Fundo Infra III”).

1.1 Repactuação das Debêntures a receber e a pagar

Debêntures a receber

Em 02 de maio de 2024, foi concluída a transação de liquidação do valor repactuado das Debêntures A e B no montante total de R\$ 75.000, conforme previsto no Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças (“Repactuação”) celebrado em 28 de dezembro de 2023, em que a Companhia, a Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Tecnogera”), a Companhia Brasileira de Geradores (“CBG”) e seus acionistas (“Partes”), repactuaram determinados termos e condições previstos na escritura das Debêntures.

O Contrato de Repactuação das Debêntures firmado entre as Partes estabelece reduzir o saldo total das Debêntures A (CBG) devido para o valor total de R\$ 23.000 (“Valor Repactuado das Debêntures A”), sendo liquidado da seguinte forma: i) R\$ 2.000 na Data de Fechamento (liquidado em 02 de maio de 2024); ii) R\$ 10.000 em 1º de dezembro de 2027; e, iii) R\$ 11.000 em 1º de dezembro de 2028. O valor repactuado das Debêntures A não está sujeito a atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros moratórios, sendo concedido um desconto de 6% a.a. no caso de liquidação antecipada.

O Contrato de Repactuação das Debêntures firmado entre as Partes estabelece reduzir o saldo total das Debêntures B (Tecnogera) para quitação total, certo e acordado pelo montante de R\$ 73.000 na Data de Fechamento (liquidado em 02 de maio de 2024).

Debêntures a pagar

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia e o Fundo Infra III celebraram o Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças para repactuar determinados termos e condições previstos no Instrumentos Particular de Escritura da 1ª Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única para Colocação Privada da EEM, de modo a refletir as mesmas condições Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças (“Repactuação”) celebrado em 28 de dezembro de 2023 entre a EEM, a CBG e a Tecnogera.

O efeito líquido da repactuação das debêntures ativas e passivas gerou o reconhecimento de um resultado financeiro líquido no montante de R\$ 17.515, sendo despesas financeiras no montante de R\$ 20.019 (Nota 10) e receitas financeiras no montante de R\$ 2.504 (Nota 10), tendo como contrapartida uma redução no ativo de R\$ 20.019 (Nota 5) e uma redução no passivo de R\$ 2.504 (Nota 7).

2 Base de preparação e práticas contábeis

Base de preparação

2.1 *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A EEM preparou estas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade operacional e julga adequada essa conclusão baseada na geração de caixa de seus ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 *Moeda funcional de apresentação*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 *Uso de estimativas e julgamentos*

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamento*

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Não há informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo custo amortizado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures conversíveis em ações e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Provisões

Uma provisão reconhecida em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata.

3.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real, sendo contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto em casos de combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

3.5 *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste ao valor presente das debêntures e efeito de repactuação das debêntures e juros sobre debêntures receber.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, ajuste ao valor presente das debêntures, efeito de repactuação das debêntures e juros sobre debêntures pagar.

3.6 *Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto estoques e imposto de renda diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros que justificasse a necessidade de teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	<u>2.662</u>	<u>2.977</u>
Total	<u><u>2.662</u></u>	<u><u>2.977</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média em 2025 de 100,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102% em 2024).

5 Debêntures a receber

	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures A - CBG	(a)	14.136	12.005
Total		14.136	12.005

A movimentação das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	12.005	116.019
Amortização (recebimento juros)	-	(75.000)
Total debêntures antes da repactuação	12.005	41.019
Efeito repactuação debêntures (Notas 1.1 e 10)	-	(20.019)
Saldo após efeitos repactuação (a)	12.005	21.000
Ajuste a valor presente (b)	2.131	(8.995)
Total	14.136	12.005

(a) Conforme descrito na Nota 1.1, todos os encargos financeiros sobre as debêntures foram extintos.

(b) A Companhia adotou o CPC 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente na contabilização do saldo remanescente da Debênture com efeitos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6 Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento de PIS e COFINS	-	177
Outros	12	91
Total	12	268

Em 2020, a Companhia teve o pedido PIS e COFINS deferido pela Receita Federal do Brasil, sendo o PIS pago em 43 parcelas mensais e o COFINS em 60 parcelas mensais, sendo o pagamento em moeda corrente. O saldo foi liquidado durante o exercício de 2025.

7 Debêntures a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Patria Infraestrutura III FIP Multiestratégia	14.136	12.005
Total	<u>14.136</u>	<u>12.005</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação das debêntures para os exercícios findos é como seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	12.005	96.004
Amortização	-	(72.500)
Juros	-	-
Total debêntures antes da repactuação	<u>12.005</u>	<u>23.504</u>
Efeito repactuação debêntures (Notas 1.1 e 10)	-	(2.504)
Saldo após efeitos repactuação (a)	<u>12.005</u>	<u>21.000</u>
Ajuste a valor presente (b)	2.131	(8.995)
Total	<u>14.136</u>	<u>12.005</u>

(a) Conforme descrito na Nota 1.1, as Debêntures a pagar foram repactuadas e acordado que o valor a pagar é R\$ 21.000, com vencimentos em 1º de dezembro de 2027 e 1º de dezembro de 2028, nos valores de R\$ 10.000 e R\$ 11.000, respectivamente, com extinção de atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros remuneratórios.

(b) A Companhia adotou o CPC 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente na contabilização do saldo remanescente da Debênture com efeitos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

8 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 37.923, dividido em 34.599 ações ordinárias, nominais e detidas integralmente (100%) pelo Patria Infraestrutura III FIP Multiestratégia.

9 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal (a) (Nota 12.b)	-	(2.033)
Serviços prestados por terceiros	(294)	(998)
Outras despesas operacionais	(1)	(121)
	(295)	(3152)
Total	(295)	(3152)

(a) Refere-se à gratificação extraordinária e eventual paga como remuneração para o pessoal-chave da Administração.

10 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Ajuste a valor presente sobre debêntures (Nota 5)	2.131	8.995
Efeito repactuação debêntures (Notas 1.1. e 5)	-	2.504
Aplicações financeiras	369	618
Tributos sobre receitas financeiras	22	-
Outras receitas financeiras	-	10
	2.522	12.127
Despesas financeiras:		
Efeito repactuação debêntures (Notas 1.1. e 7)	-	(20.019)
Juros sobre debêntures a pagar	(2)	-
Ajuste a valor presente sobre (Nota 7)	(2.131)	(8.995)
Outras despesas financeiras	(77)	(181)
	(2.210)	(29.195)
Total	312	(17.068)

11 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social apresentada no resultado do exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17	(20.220)
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação. Alíquota nominal combinada de 34%.	6	6.874
Efeitos decorrentes da não contabilização de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, bem como outros efeitos	(6)	(6.874)
Despesa do IRPJ e da CSLL no resultado do exercício.	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante total de R\$ 20.235 (em 31 de dezembro de 2024, o montante total de R\$ 20.219). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social devido à ausência de histórico de geração de lucros tributáveis e incertezas em relação as projeções futuras para utilizar estes créditos tributários diferidos.

As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que são entregues. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

12 Partes relacionadas

A Companhia manteve saldos e realizou transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e aos seus fluxos de caixa.

a. Saldos patrimoniais e transações com efeito no resultado

	Ativo (debêntures)		Passivo (debêntures)		Receita financeira / (despesa financeira)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CBG	14.136	12.005	-	-	2.131	11.499
Patria Infra Pip III	-	-	(14.136)	(12.005)	(2.131)	(29.014)
Total	14.136	12.005	(14.136)	(12.005)	-	(17.515)

b. Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários. Em 2024 a remuneração para pessoal-chave da Administração foi de R\$ 2.033 referente à gratificação extraordinária e eventual. Não houve benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 uma vez que tais pagamentos ocorrem no contexto de um Grupo e podem ser realizados por meio de outras empresas os quais o presidente e os diretores estatutários também atuam dentro do Grupo Patria.

13 Instrumentos financeiros

13.1 Considerações gerais

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros relacionados às suas atividades operacionais e está exposta a determinados riscos inerentes às suas operações. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentabilização do caixa da Companhia. Os resultados obtidos com as operações financeiras estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia não realiza aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e inclui a escolha das instituições financeiras privadas com rating mínimo A.

O planejamento destes investimentos observa a previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de um caixa livre mínimo para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas acrescido de uma margem de segurança adequada para fazer frente a saídas inesperadas de caixa.

13.2 Classificação contábil e valores justos

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nesta data.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia entende que os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras:** Classificados como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Debêntures ativas e passivas:** Após a repactuação das debêntures mencionada nas Notas 1.1, 5 e 7, não há mais atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros moratórios, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2025		<u>Hierarquia</u>	31/12/2024	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2.662	2.662	2	2.977	2.977
Custo amortizado					
Debêntures ativas	14.136	14.136	-	12.005	12.005
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures passivas	14.136	14.136	-	12.005	12.005

14 Gerenciamento de riscos

Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conversíveis em ações deduzidas por Bancos) e patrimônio líquido da Companhia.

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda, de créditos detidos com instituições financeiras (gerados por operações de investimento financeiro) e créditos detidos contra CBG. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira das instituições financeiras com as quais mantém relacionamento e da empresa CBG, o estabelecimento de um limite de crédito para clientes e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e efetuando revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações das taxas de juros atreladas ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros variáveis fosse mantido e que o respectivo indexador anual projetado para os próximos 12 meses seria a CDI de 13,82% a.a.. Caso ocorram oscilações no índice de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos - aplicações financeiras				
Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
R\$ 2.662	Redução do CDI	370	277	185

- **Cenário Provável (I):** O índice de CDI considerado no cenário provável é de 13,89% a.a. (CDI de 100,50% sobre aplicações financeiras x CDI de 13,82% projetado para 12 meses) e foi obtido através de informações disponibilizadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).
- **Cenário II e III:** Os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

15 Contingências

Até a emissão das demonstrações contábeis, a Sociedade não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.